

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Julia Alexandra Antunes Rodrigues

**PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA MATERNIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A
ESCREVIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora
2026

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **JULIA ALEXANDRA ANTUNES RODRIGUES**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 202472027A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA MATERNIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

JULIA ALEXANDRA ANTUNES RODRIGUES

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de (☐) 1 ano, ou (☐) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA MATERNIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRIVÊNCIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Julia Alexandra Antunes Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo propõe trazer uma discussão atual e relevante sobre maternidades dissidentes baseando-se na obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus e o conceito de interseccionalidade, caro às Ciências Sociais e ao Feminismo Negro. Pretende-se com esse artigo utilizar a interseccionalidade como perspectiva analítica para compreender a maternidade narrada por Carolina Maria de Jesus em seu diário. Sua vivência na favela, enquanto mulher negra e mãe solo, tem muito a esclarecer acerca dos cruzamentos entre os sistemas de opressão. Ou seja, busca-se compreender de que maneira a vivência materna de Carolina foi afetada pelo seu gênero, sua raça e sua classe social. Além disso, espera-se estabelecer uma quebra com a naturalização e romantização da maternidade, uma vez que esse ideal materno foi estabelecido por uma elite econômica e que em nada é representativo para a grande maioria da população, sobretudo a brasileira. Assim, almeja-se validar essas experiências maternas dissidentes – não tratá-las como incompletas ou errôneas, mas sim como pertencentes a uma lógica própria, moldadas por seu contexto histórico-social-racial. Por fim, a metodologia deu-se por uma pesquisa bibliográfica, feita por palavras-chave no Google Acadêmico e Scielo, e uma pesquisa documental qualitativa da obra de Carolina Maria de Jesus. A revisão bibliográfica foi feita buscando embasamento teórico para os dados históricos e conceitos. Já a pesquisa documental qualitativa serve para uma contextualização para a realidade brasileira dos conhecimentos trazidos pela literatura levantada.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Interseccionalidade. Quarto de Despejo. Feminismo Negro. Sociologia da Literatura.

1. INTRODUÇÃO

Elisabeth Badinter (1985) define a maternidade como um tema sagrado no prefácio à edição de bolso de sua obra “Um amor Conquistado: Mito do Amor Materno” devido à quantidade de críticas que recebeu na época da publicação. Além disso, a filósofa aponta como é difícil questionar o amor materno, o que coloca a mãe em uma instância quase divina no imaginário coletivo. Contrapondo-se a esse imaginário, esse artigo irá tratar sobre maternidades dissidentes: vivências maternas fora do padrão tradicional. O foco está além de questionar o amor materno como instinto, mas sim em questionar toda a concepção de maternidade a partir do conceito da interseccionalidade.

Em um primeiro momento, será feito um resgate da história do conceito da interseccionalidade e como ele se liga ao Feminismo Negro, além de apresentar seu uso enquanto ferramenta analítica. Busca-se nessa seção demonstrar como o uso da interseccionalidade é indispensável para análises sociais, principalmente das vivências de mulheres pretas, uma vez que elas são frequentemente vítimas de um apagamento das suas vulnerabilidades.

A interseccionalidade, por conceber a indispensabilidade de uma análise que compreenda todos os sistemas de opressão que determinado objeto é atravessado, é o conceito ideal para discutir sobre a vivência de uma mulher negra e periférica. Sendo assim, o objeto a ser analisado é a maternidade descrita na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus.

A partir desse objeto, busca-se fazer uma discussão relevante sobre quem foi Carolina Maria de Jesus, como sua condição enquanto mulher negra, mãe solo e moradora da favela moldou sua experiência materna e como essa mesma experiência tensiona o ideal materno branco e burguês tido como universal e correto.

Essa temática tem uma grande relevância no meio acadêmico e social, uma vez que ela busca discutir acerca de grandes temas que apresentam impasses até hoje, como: misoginia, racismo e

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Rogéria Campos de Almeida Dutra.

vulnerabilidade social. Além disso, o artigo busca dar visibilidade às mulheres negras e sua maternidade, validando experiências dissidentes tidas na maioria das vezes como repulsivas.

A metodologia deste artigo se deu através de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental qualitativa. Sobre a primeira: tal revisão se deu por meio de obras cânones para a discussão que se pretendia fazer. A pesquisa por tais obras se deu através do Scielo e Google Acadêmico, usando-se a palavras chaves, como: maternidade, interseccionalidade e vulnerabilidade social, além da associação entre elas. Já a pesquisa documental qualitativa da obra foi feita pela leitura do livro após a leitura da literatura base levantada anteriormente, buscando analisar a obra a partir daqueles conceitos.

Por fim, conclui-se que se esperava produzir uma discussão relevante acerca da temática indicada anteriormente. Para tal fim, o artigo divide-se em três seções centrais: uma para discutir o conceito de interseccionalidade, uma para analisar a maternidade de Carolina sob essa lente e uma final para desconstruir o ideal materno branco e burguês.

2. INTERSECCIONALIDADE: SURGIMENTO E FERRAMENTA ANALÍTICA

A interseccionalidade é um conceito que nasce da reivindicação de mulheres pretas à compreensão completa de suas vulnerabilidades. Nesse sentido, tem-se Patrícia Hill Collins, um grande nome no que diz respeito a produções acadêmicas sobre tal conceito. Em conjunto com a pesquisadora Sirma Bilge, ela escreveu um livro intitulado “Interseccionalidade”, com o objetivo de esclarecer determinadas nuances sobre o conceito. Neste artigo, será utilizado o capítulo 1, “O que é interseccionalidade?”, e o capítulo 3, “Como entender a história da interseccionalidade?”. Esses capítulos foram escolhidos para embasar a forma como o conceito será utilizado nesse artigo e como a origem dele é intrínseca nas vivências e lutas das mulheres pretas.

No capítulo 3, Collins e Bilge discutem a maneira como a academia e as demais pessoas que recorrem ao conceito de interseccionalidade entendem o surgimento do mesmo. Elas questionam a forma como é cânone que o termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 e toda a história anterior a isso é apagada ou desmerecida. Elas alertam para o fato de que “a história da interseccionalidade não pode ser precisamente organizada em períodos ou pontos geográficos” (COLLINS; BILGE. 2021. p.97), acrescentando que as histórias oficiais apresentam uma visão parcial do mundo, tendendo a utilizar a lente dos grupos no poder.

As autoras defendem que, apesar da obra de Crenshaw ser fundamental, a interseccionalidade não começou apenas com sua nomeação. Com isso, estabelecem a importância das décadas de 1960 e 1970 na importância da elaboração do conceito. Essas décadas foram de grande ativismo político e social. As mulheres negras, frequentemente apagadas nos demais movimentos, criam suas próprias organizações e produções nas quais estão plantadas as sementes da interseccionalidade. Segundo Collins e Bilge, “Coletivamente, os ensaios apontam que as mulheres negras nunca se libertaram se não abordassem as opressões de raça, classe e gênero.” (COLLINS; BILGE. 2021. p.100)

Logo, nesse mesmo período, inúmeras produções intelectuais tratavam sobre como a vivência das mulheres pretas devem ser analisadas levando em conta a opressão causada pelo patriarcado, racismo e capitalismo, mas sem usar o termo interseccionalidade. Collins e Bilge dão destaque para a Combahee River Collective (CRC) e seu escrito “Declaração Feminista Negra” de 1977, já que tal declaração “estabeleceu uma estrutura abrangente que permeou a política feminista negra nos anos subsequentes.” (COLLINS; BILGE. 2021. p.101).

Além disso, afirmam que “declaração do CRC é o primeiro documento a enfocar a identidade através de uma lente interseccional e apresentar a política identitária como uma ferramenta vital de resistência.” (COLLINS; BILGE. 2021. p.103). Tal coletivo era formado por mulheres pretas engajadas na política e no social, ou seja, mulheres que vivenciavam cotidianamente opressões de diversos eixos e que não se viam completamente representadas nos demais movimentos sociais.

A relação entre as ideias centrais da interseccionalidade e os movimentos sociais é bastante discutida no texto. Para as autoras, a interseccionalidade, ou suas ideias centrais, foram desenvolvidas dentro dos movimentos sociais. Isso teria acontecido uma vez que tais grupos foram os pioneiros ao mobilizar a correlação entre gênero, raça e classe de seu cotidiano nas suas lutas. Assim, Collins e Bilge consideram que os movimentos sociais, por mais diversos que fossem, foram os responsáveis pelo aperfeiçoamento das análises interseccionais.

Segundo a análise de Collins e Bilge, após a era dos movimentos sociais (1960-70), o meio acadêmico incorporou a interseccionalidade. Entre 1980 e 1990 houve uma grande admissão de pessoas excluídas socialmente no meio acadêmico. Tal adesão resultou nas ideias interseccionais começarem a ser discutidas dentro da academia, já que agora havia pessoas de dentro dispostas a desenvolver essa questão. As autoras afirmam que é nítido nas produções das mulheres pretas uma análise da interconectividade de raça, classe, gênero, citando Angela Davis e seu trabalho como centrais.

Em sua obra “Mulheres, raça e classe”, especificamente o capítulo “Classe e raça no início da campanha pelos direitos das mulheres”, Angela Davis apresenta de forma clara como as mulheres pretas foram invisibilizadas dentro dos movimentos sociais, especialmente no feminismo e na luta pelo direito ao voto. Em sua análise, fica claro o uso das ideias interseccionais, uma vez que ela aponta como o início do movimento sufragista é marcado pela representação de mulheres brancas de classe média, excluindo até mesmo as mulheres brancas operárias e, mais incisivamente, as mulheres pretas. Ou seja, a classe e a raça aparecem como sistemas de opressão relevantes e que não podem ser dissociados da análise feita por Angela Davis.

Sobre esse capítulo, observa-se que é razoável afirmar que o conceito de interseccionalidade nasce da necessidade das mulheres negras em serem plenamente compreendidas em sua realidade social. A literatura apresentada aponta para esse fato uma vez que descreve a história da interseccionalidade surgindo de trabalhos de mulheres pretas que criaram suas próprias associações já que não eram plenamente representadas nos movimentos convencionais. Isso se dá ao fato de que mulheres pretas são atravessadas por diferentes eixos de opressão, fato frequentemente invisibilizado até as primeiras ideias interseccionais.

Agora que está estabelecida a relação entre o surgimento da interseccionalidade com o feminismo negro é relevante explicar o que esse artigo aciona quando se refere a esse conceito. No primeiro capítulo de seu livro “Interseccionalidade”, Collins e Bilge dedicam parágrafos para conceituar interseccionalidade e entender as formas que os acadêmicos e militantes recorrem ao termo. As autoras afirmam que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana [...] A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE. 2021. p.16)

Em relação aos usos da interseccionalidade as autoras dão foco ao uso enquanto uma ferramenta analítica, ou seja, uma lente pela qual observar a realidade. Uma das formas desse uso da interseccionalidade é quando determinados grupos compreendem a necessidade de estruturas diferentes para lidar com problemas sociais. Ou seja, como apresentado anteriormente, diante das dificuldades de mulheres se verem contempladas pelos demais movimentos sociais elas passaram a recorrer a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a tais desafios. (COLLINS; BILGE. 2021. p.19)

Ainda tratando de uma definição para a interseccionalidade, entende-se que o conceito “fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo” (COLLINS; BILGE. 2021. p.35). Ou seja, a interseccionalidade, em sua essência admite a existência de correlação entre diferentes eixos de opressão. Assim, fica claro o motivo de ela ter nascido do feminismo negro e até hoje ser constantemente associada para debater assuntos relacionados a opressão vivida pelas mulheres pretas.

Portanto, “Nota-se que o conceito da interseccionalidade teve origem em preocupações quanto à inclusão de grupos invisibilizados e excluídos.” (PEREIRA. 2021. p.3) Nessa lógica, tem-se que esse conceito é fundamental em discussões que visam analisar grupos sociais mais vulneráveis. Logo, a escolha da interseccionalidade para fazer uma análise sobre como os sistemas de opressão interferem na maternidade de Carolina Maria de Jesus não foi aleatória.

3. MATERNIDADE PRETA E PERIFÉRICA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Essa seção busca apresentar quem foi Carolina Maria de Jesus, assim como sua obra, material de análise deste artigo, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Além disso, como conteúdo central desse

artigo, propõe-se acionar o conceito de interseccionalidade para fazer uma análise sobre como os sistemas de opressão sob os quais Carolina se vê refém afetam a maternidade experimentada pela mesma.

3.1. QUEM FOI CAROLINA MARIA DE JESUS?

Carolina Maria de Jesus foi uma mulher preta nascida em Sacramento, Minas Gerais, mas viveu parte significativa de sua vida na favela do Canindé, em São Paulo. Frequentou a escola por apenas dois anos, na qual aprendeu a ler e a escrever. Esse pequeno período foi suficiente para ela desenvolver um apreço grande pelo mundo da literatura. Ela escrevia de tudo, mas sua obra mais famosa é seu diário, publicado em 1960 com o título “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”.

O diário de Carolina é um material rico para análises dentro do campo das ciências sociais, uma vez que ele é uma descrição clara da realidade atravessada pelas desigualdades sociais. Carolina escreve e descreve seu cotidiano de forma sistemática, clara e crítica. Não é à toa que sua obra foi tão bem recebida, não só no Brasil como no mundo. Quarto de despejo foi traduzido para 13 idiomas e produziu-se mais de 100 mil exemplares.

No prefácio da obra, escrito por Audálio Dantas, o jornalista que descobriu Carolina, diz “encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha!”. Aqui está uma característica fundamental do sucesso da obra: a voz. Mulheres, sobretudo mulheres pretas, são invisibilizadas na escrita. Christiane Toledo escreve sobre a marginalização da escrita feminina e o silenciamento literário delegado às mulheres. Sobre Carolina Maria de Jesus ela escreve:

Enfatizando a primeira obra publicada dessa escritora, Quarto de despejo, é perceptível a maneira como a autora revela a sua força de voz feminina e marginal em todos os sentidos: étnicos, sociais e de gênero; ou seja, rompe com todas as barreiras sociais e chama a atenção do público erudito para as favelas brasileiras. (TOLEDO. 2010. p.248)

Ainda sobre a voz que Carolina representa é necessário recorrer ao conceito de escrevivência cunhado por Conceição Evaristo. Esta define o conceito da seguinte forma:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossos ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO. 2020. p.30)

Logo, entende-se que Carolina, enquanto escritora e mulher preta, enfrenta um passado de silenciamento e opressão com o “simples” ato de escrever. A escrita dela é uma forma de resistência, um grito contra as injustiças. Sendo assim, a escrita de Carolina, apesar de ser sobre a vivência pessoal, vai além disso. É uma escrita sobre as mulheres pretas, uma vez que os mesmos sistemas de opressão que se interseccionam na vida de Carolina se interseccionam na vida das demais. A própria Carolina reconhece isso quando diz: “...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é so eu. E faço isto em prol dos outros.” (JESUS. 2014. p. 36)

Portanto, Carolina, por sua escrita assertiva, dá voz aos excluídos ao levar para o mundo uma visão da favela que ninguém do meio erudito e acadêmico teria conseguido fazer com a maestria da escritora. Isso se dá pelo fato de a visão de Carolina ser a de alguém de dentro, de alguém que sentia na pele as desigualdades constantemente no cotidiano. Como ressalta Evaristo na citação acima, a escrita de Carolina faz com que as pessoas privilegiadas da sociedade sejam confrontadas por seus privilégios e reflitam.

Por fim, é importante anteceder nessa seção que além de uma mulher preta e favelada, Carolina era mãe solteira de três crianças: João José, José Carlos e Vera Eunice. Sendo assim, a maternidade dela está presente com grande foco na sua obra. Durante a leitura da obra é possível perceber isso, assim como tal maternidade é atravessada por diversas opressões. Enquanto uma mulher, preta e pobre, Carolina sofre constantemente com misoginia, racismo e abandono social. Esses sistemas de opressão também oprimem os filhos da autora.

3.2. MATERNIDADE SOB PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

A segunda seção deste artigo trata sobre o conceito de interseccionalidade e seu uso enquanto uma ferramenta analítica, ou seja, uma lente para entender a realidade. Nesta subseção vamos tratar de analisar como os principais eixos de opressão atravessaram a maternidade de Carolina Maria de Jesus. Em outras palavras, como a existência dela enquanto uma mulher, preta e periférica moldou a experiência dela com a maternidade.

Em um primeiro momento, tem-se a análise de como a classe social a que Carolina pertenceu influenciou sua maternidade. Dois pontos são mais expressivos na obra quando se fala da classe: a fome e o ambiente onde Carolina vivia, a favela do Canindé. No prefácio de “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Dantas chama atenção para a presença constante da temática da fome, entendendo ela como uma personagem. Sobre a favela, a própria Carolina repete por toda a obra o quanto se ressentia e odeia o lugar onde é obrigada a viver devido às condições precárias.

A fome é uma das experiências mais marcantes da obra. Dia após dia, Carolina se desdobra como catadora de papel atrás de meios para prover para si e, principalmente, para seus filhos. Mãe solo de três crianças, Carolina nunca se deixou abalar frente às constantes dificuldades que atravessaram o seu caminho. E foram muitas. Nesse sentido, Carolina considerava a fome como a escravidão atual, afirmando que apesar da abolição da escravidão, o favelado era escravo do custo de vida.

Com a leitura da obra, percebe-se que “a maior insatisfação e revolta de Carolina, como mãe, é não ter o que dar de comer para os filhos.” (SILVA; SOUZA. 2025. p.12) Isso aparece na obra com determinada frequência. Carolina escreve:

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais. (JESUS. 2014. P.38).

Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. (JESUS. 2014. p.50)

Para além da temática da fome em específico, outra dor da vida de Carolina é estar sempre em falta com seus filhos mesmo trabalhando até a exaustão todos os dias. Em alguns trechos da obra isso fica muito evidente, cito dois para exemplificar:

Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. (JESUS. 2014. p.12)

Dia das Mães. O céu está azul e branco. Parece que até a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infelizes por não poder realizar os desejos dos seus filhos. (JESUS. 2014. p.30)

Nesses trechos fica claro como a maternidade de Carolina é afetada pela sua condição social. Ela deseja conseguir dar o melhor para os filhos, mas a sua realidade não permite. Sua condição de favelada é uma barreira para exercer a maternidade de forma plena como ela deseja. Aqui a maternidade não aparece como fardo ou peso, ao contrário, ela é afetada pelo fardo de Carolina ser uma mulher pobre.

A favela do Canindé também pode ser interpretada como uma personagem sobre a qual Carolina deposita grande repulsa. Na apresentação do diário, explica-se que a favela do Canindé foi uma das primeiras grandes favelas de São Paulo. Ela foi desocupada por volta de 1960 para a construção da marginal Tiête. Entretanto, a vivência daquelas pessoas foi eternizada na obra produzida por Carolina Maria de Jesus.

Carolina relata com grande desprezo sua experiência na favela, uma vez que ela via o local como degradação daqueles que o habitam, comparando o Canindé com o próprio inferno muitas vezes. Ela não reconhece aquele lugar como casa e desaprova tudo: os cheiros, a sujeira, as pessoas, os hábitos, a miséria. "O desgosto que tenho é residir em favela" (JESUS. 2014. p.22) diz ela após um sonho onde estava fora da sua realidade atual.

Um ponto que merece atenção é a dualidade que Carolina cria entre o resto da cidade e a favela. A autora descreve que fora da favela o mundo é tão diferente que ela mal reconhece como pertencentes à mesma cidade. Assim, ela afirma que a cidade de São Paulo é como a sala de visita e a favela é o quarto de despejo, ou seja, para onde a cidade manda a escória.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS. 2014. p.37)

É notório como viver na favela mexe profundamente com a autoestima de Carolina. Em vários trechos ela lamenta sua condição social e seu desânimo em morar onde mora. Em inúmeros trechos ela rebaixa os favelados e se entristece por ter que por a si mesma nessa categoria. Além disso, o ambiente hostil também faz com que ela se preocupe com o futuro de seus filhos, já que eles estão constantemente presenciando roubos, agressões, mortes, miséria. Assim, evidencia-se como o espaço onde a autora vive afeta a maternidade dela.

Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente. (JESUS. 2024. p.14)

E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. JESUS. 2014. p.45)

Tudo que é obsceno pornográfico o favelado aprende com rapidez. Tem barracões de meretrizes que praticam suas cenas amorosas na presença das crianças. (JESUS. 2014. p.45)

É lamentável como a autora percebe a realidade em que suas crianças são expostas constantemente pelo clima repulsivo com o qual ela descreve a favela do Canindé. No entanto, elas enfrentam outras dificuldades vindas das vizinhas. Carolina descreve que havia grande perseguição aos filhos devido sua má reputação na favela. Como era uma mulher livre e independente, Carolina era constantemente alvo de fofocas e ataques mesquinhos.

Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela. (JESUS. 2014. p.16)

Vou fazer o almoço. As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios. (JESUS. 2014. p.16)

Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são capás de invadir o meu barracão e maltratar meus filhos. (JESUS. 2014. p.19)

Esses acontecimentos eram frequentes e colocavam a vida dos filhos da autora em risco. Em vários momentos fica claro que Carolina sofria violência de gênero dentro da favela. O fato dela ser uma mulher sem marido e com três filhos de pais diferentes é o grande motor de toda a ira contra ela. Assim, é possível interpretar que é como se a sociedade tentasse puni-la por não estar nos moldes de gênero. Carolina, no entanto, não se abalava. Ela tinha gosto por sua vida livre de homens e não estava disposta a abrir mão dela. Acreditava que assim ela e seus filhos estavam mais seguros. Sendo uma mulher independente, com seu próprio trabalho e dinheiro, não via a necessidade de casar-se.

Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis. (JESUS. 2014. p. 16/17)

Com isso, nota-se que Carolina posiciona-se novamente em conflito com determinados padrões sociais. A violência de gênero vivida por ela nesse contexto é indispensável para analisar sua maternidade, como foi explicitado nos trechos acima de sua obra. Com isso, é possível identificar outro sistema de opressão que se faz presente no cotidiano da autora, além da sua classe, o gênero.

Segundo a literatura da interseccionalidade, o gênero, a classe e a raça são os três grandes sistemas de opressão. Assim, nota-se que a existência de Carolina é atravessada pelos três eixos. Enquanto uma mulher preta, o racismo está presente na sua trajetória. Nota-se que ele aparece em conflitos com as vizinhas, nos quais sua cor é sempre o primeiro alvo de ataque.

Está escrevendo, negra fidida! A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam (JESUS. 2014. p.26)

Você chamou a Radio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga! (JESUS. 2014. p.97)

Enquanto eu estava na rua o Alexandre maltratou a mãe do soldado Edison. Quando eu cheguei ele começou insultar-me: Negra suja. Ordinaria. Vagabunda. Lixeira. (JESUS. 2014. p.97)

Ela começou a chingar-me: Negra ordinaria! Você não é advogada, não é repórter e se mete em tudo! (JESUS. 2014. p.160)

Se você me por no jornal eu te quebro toda, vagabunda! Esta negra precisa sair daqui da favela. (JESUS. 2014. p.174)

Além disso, o racismo vivido por Carolina simbolizava uma barreira entre ela e a vida de escritora que ela almejava. Como exemplo, tem-se oportunidades que foram negadas a ela pela cor de sua pele, como a mesma relata em seu diário: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia me: “É pena você ser preta” (JESUS. 2014. p. 64). Além disso, mesmo quando ela acessou esse mundo da escrita com o sucesso de sua obra, ela foi excluída. Como relata Cristiane Toledo em seu artigo: “A autora foi relegada por seu próprio grupo: mulheres que se posicionavam em prol da sua autonomia nas respectivas literaturas.” (TOLEDO. 2010. p.252). Logo, percebe-se como o racismo não é simbólico, ele é um sistema de opressão marcante no cotidiano de Carolina e de todas as mulheres negras.

Em relação à maternidade de Carolina, a pele preta dela e de seus filhos são motivo de preocupação em relação à segurança dos mesmos. Carolina expressa grande temor quando seu filho José Carlos desaparece.

...Deitei o João e a Vera e fui procurar o José Carlos. Telefonei para a Central. Nem sempre o telefone resolve as coisas. Tomei o bonde e fui. Eu não sentia frio. Parece que o meu sangue estava a 40 graus. Fui falar com a Polícia Feminina que me deu a notícia do José Carlos que estava lá na rua Asdrubal Nascimento. Que alívio! Só quem é mãe é que pode avaliar. (JESUS. 2014. p.36)

O medo de Carolina pode estar justificado no histórico de encarceramento em massa da população negra e violência contra a população negra. Na coletânea “Encarceramento em massa”, Juliana Borges chama atenção para os séculos de escravidão enfrentados pelos negros e como isso resultou em um imaginário social onde o negro é sempre criminoso. Essa realidade é perceptível na escrita de Carolina.

Eu ia na Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era para ele. O José Carlos está com 9 anos. (JESUS. 2014. p.28)

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. (JESUS. 2014. p.30)

Apesar disso, Carolina não se ressentia da sua cor e da sua história. Ela demonstra muito orgulho da sua cor de pele e de seus traços negros. Isso mais uma vez coloca a autora em uma posição de combate frente às expectativas da sociedade. Ela não vê brancos como superiores e não se coloca em uma posição de humilhação diante deles. Isso só demonstra como Carolina é a mulher ideal para ser a voz de milhões de mulheres negras pobres já que ela nunca se deixou abalar.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS. 2014. p.64)

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS. 2014. p.65)

Portanto, conclui-se nessa seção que apenas uma análise interseccional poderia dar conta de entender todas as nuances sociais que atravessam a vida e a maternidade de Carolina. Uma análise que priorize qualquer eixo de opressão discutido aqui (gênero, raça e classe) em detrimento de outro só pode gerar uma análise falha e incompleta como já foi apontado na seção anterior. Carolina não é só uma mulher

preta, nem apenas uma mulher pobre. Ela está no mundo como uma mulher preta e pobre, assim, estando vulnerável a todos os preconceitos com cada uma dessas categorias.

Sobre sua escrita ser uma escrevivência, conceito de Conceição Evaristo e a forma como Carolina e outros intelectuais a colocam como porta-voz, tem-se que a importância da autora enquanto uma figura de representação e resistência.

Em relação a maternidade de Carolina, é notório como ela se dá de forma desestruturada. O ambiente da favela, a fome, o racismo e a misoginia impactam diretamente na forma como a autora experimenta sua maternidade. Ao contrário do que afirma Bruno da Silva e Júlia de Souza “A maternidade, nesse contexto, não apenas intensificou suas dificuldades, como também moldou a forma com que a autora vivenciou a pobreza extrema”, acredita-se que as dificuldades da maternidade são intensificadas pelos sistemas de opressão que oprimem Carolina e tantas outras mulheres negras.

4. DESCONSTRUINDO O IDEAL MATERNO

A maternidade é uma temática que possui algumas discussões prévias por autoras já muito bem consagradas, como Simone de Beauvoir e Elisabeth Badinter. Essa seção irá embasar-se nas obras “Segundo sexo: experiência vivida” de Simone de Beauvoir e “Um amor conquistado: mito do amor materno” de Elisabeth Badinter. Adiante no texto, Angela Davis, com sua obra “Mulheres, raça e classe” e Carolina Maria de Jesus, com sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” serão acionadas para analisar de que forma a maternidade negra tensiona o ideal materno branco e burguês, tido como universal.

De forma geral, tanto Beauvoir quanto Badinter tratam da maternidade enquanto uma construção social que, de certa forma, priva a vida cívica das mulheres. Simone recorre a perspectivas biológicas e psicanalíticas em uma busca de entender a mulher e a mãe, enquanto Badinter faz um questionamento acerca do imaginário social do instinto e do amor materno. Na seção “A mãe” da obra “segundo sexo”, Simone de Beauvoir, a autora discursa sobre, principalmente, a liberdade das mulheres através dos métodos de controle de natalidade. Já Badinter discursa sobre como o amor materno é construído e forçado às mulheres como instinto.

Entretanto, independente da abordagem das autoras, algo que fica evidente é a ausência da realidade da mulher negra e trabalhadora nessas análises. ‘A mulher’ e “a mãe” referidas nessas obras parecem categorias generalizadas, mas que em realidade só representam mulheres brancas de classe média (na maioria) e burguesas. Sobre isso, Patricia Collins diz:

Dedicadas a desmistificar o ideal tradicional da família, as obras desse período questionavam as análises prevaletentes acerca das experiências vivenciadas por mães brancas de classe média. Essas críticas não foram capazes de questionar as imagens de controle das afro-americanas muito menos as práticas que essas imagens pressupõem. (COLLINS. 2019. p. 292)

Assim, tendo em vista a seção anterior, faz-se necessário questionar: de que maneira a vivência maternidade de Carolina Maria de Jesus, enquanto representante das mulheres negras e pobres, tensiona o ideal materno social?

Sobre a vivência apagada das mulheres negras dentro dos movimentos e escritos feminista, Angela Davis escreve sobre um momento importante: a luta pelo sufrágio feminino. A autora argumenta que mesmo dentro desse movimento as mulheres negras e suas necessidades foram esquecidas, pois escolheu-se privilegiar apenas as reivindicações das mulheres brancas de classe média e burguesas, que eram válidas, mas em nada tinha compatibilidade com a experiência de vida das mulheres negras.

Entretanto, enquanto consumação exata da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a declaração ignorava totalmente a difícil situação das mulheres brancas da classe trabalhadora, bem como a condição das mulheres negras tanto do Sul quanto do Norte. Em outras palavras, a Declaração

de Seneca Falls propunha uma análise da condição feminina sem considerar as circunstâncias das mulheres que não pertenciam à classe social das autoras do documento. (DAVIS. 2016. p.67)

Um alicerce importante que Davis traz é o discurso de Sojourner Truth: “Não sou eu uma mulher?”. Davis argumenta que o discurso de Truth foi de grande impacto uma vez que ela desmontou todos os argumentos masculinos baseados em “fragilidade feminina” por meio de sua própria experiência com trabalhos braçais. A autora ainda pontua que, ao questionar se ela não era uma mulher, Truth também alfinetou as demais mulheres da sala por não incluírem mulheres negras em suas reivindicações.

O discurso “Não sou eu uma mulher?”, de Sojourner Truth, teve implicações ainda mais profundas, já que, ao que parece, também era uma resposta às atitudes racistas das mesmas mulheres brancas que posteriormente louvaram sua irmã negra. Não foram poucas as mulheres reunidas em Akron que inicialmente se opuseram às mulheres negras terem voz na convenção, e os opositores dos direitos das mulheres tentaram tirar vantagem desse racismo. (DAVIS. 2016. p.73)

Retornando a realidade de Carolina Maria de Jesus e as obras já citadas de Simone de Beauvoir e Elisabeth Badinter fica claro a disparidade. Enquanto as filósofas falam de uma maternidade idealizada branca e burguesa, com a presença de uma figura masculina central e uma figura feminina submissa aos recursos e ordens desse homem, a vivência de Carolina não poderia ser mais distante disso. Carolina era uma mãe solo, uma mulher preta, favelada. Uma realidade de mulher e mãe pautada em casamentos arranjados, submissão e dedicação exclusivas aos filhos não estava nem perto de sua realidade.

Além disso, mesmo quando as filósofas buscam questionar o cânone dos papéis de gênero, não levam em conta realidades de mulheres pobres e negras. Esse desmonte e busca de direitos não é para a realidade das mulheres negras e sim para as mulheres brancas.

É nesse sentido que a vivência de Carolina tensiona o ideal materno romantizado pela sociedade. Essa generalização não a compreendia, uma vez que sua vida foi marcada por ausências, seja de recursos financeiros e amparo. Se a própria generalização não a compreendia, o que para ela e para as mulheres negras significavam esses discursos feministas? Nada, porque elas nem estavam incluídas nele.

Portanto, conclui-se que considerar que há apenas uma forma de maternidade é apagar vivências dissidentes de maternidade. Ativistas feministas fizeram isso por anos, sendo necessário que as mulheres negras criassem seus próprios movimentos a fim de serem contempladas em todas as suas vulnerabilidades e reivindicações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo buscou-se fazer uma discussão relevante sobre temas sensíveis mas de extrema importância para a atualidade dos movimentos sociais. Como visto, a interseccionalidade é um conceito que nasce no movimento feminista negro como uma forma de incluir as experiências de mulheres negras sem que elas tivessem que escolher uma única causa para lutar, já que isso apenas gera apagamento de suas vivências.

Nessa lógica, tem-se que a escolha da obra de Carolina não foi à toa. Como a autora narra a sua vivência enquanto mulher negra de periferia, a sua obra encaixa-se no conceito de escrevivência de Conceição Evaristo. Assim, Carolina fala por si mas também fala por um grupo marginalizado. Logo, “Quarto de despejo” é uma forma de resistência através da escrita.

Ao analisar a maternidade narrada por Carolina sob a perspectiva da interseccionalidade, tem-se um rico campo de estudo no que diz respeito à visibilidade da mulher negra. Nessa análise, considerou-se todos os sistemas de opressão aos quais Carolina estava subordinada: a misoginia, o racismo e a desigualdade social. Ou seja, ao contrário do que acontecia no passado, nenhum aspecto crucial da vida de Carolina foi priorizado em detrimento de outro. Além disso, essa análise serviu para entender a maneira pela qual a realidade de Carolina tensiona o modelo burguês de mulher e de maternidade.

Por fim, o que se tem como material final desse artigo é a percepção de como a realidade é dura fora dos privilégios sociais do mundo branco e masculino. Carolina sempre será um lembrete de força, coragem e resistência. Um símbolo de que a cor, a classe e o gênero importam e são responsáveis por marginalizações há séculos. Carolina se foi, mas seu legado continua. Seus escritos são atuais, assim como seu mundo. Devido a isso, é fundamental que essas experiências dissidentes sejam vistas e ouvidas.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Juliana. Brasil: ideologia racista e sistema de justiça criminal. In: **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. As mulheres negras e a maternidade. In: **Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DA SILVA, Bruno Sanches Mariante; SOUSA, Júlia Beatriz. A mãe que não tem o que dar de comer aos filhos: narrativas da maternidade em Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. **Temporalidades**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DE SOUZA BATISTA, Flaviane Ferreira *et al.* As relações entre espaço e maternidade em Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. **Ideação**, v. 25, n. 2, p. 275-291, 2023.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. 1. ed. Rio de Janeiro: MINA Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 445-454, 2021.

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 247-257, jul. 2010.

VIEIRA, Julia de Freitas; JOHANSON, Izilda Cristina. A interseccionalidade a partir de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. **Revista PHILIA: Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 244-268, nov. 2020.